

INFORME ECONÔMICO

■ CRISTIANO ROMERO

A agenda do *Economia Brasil* arrocho

O governo vive o dilema de convencer os investidores nacionais e estrangeiros de que, desta vez, o ajuste fiscal é para valer. Além disso, precisa desmontar, sem dar sinais de fraqueza, as expectativas de que o problema será resolvido imediatamente. A solução virá dentro de alguns anos e não de meses, como o mercado espera ou gostaria que assim o fosse.

Embora a estratégia gradualista de redução do déficit público tenha sido sinônimo de inércia nos últimos anos, não resta outra alternativa. Não há como evitar o gradualismo porque, simplesmente, muitas das medidas a serem tomadas dependem da aprovação do Congresso Nacional. A diferença, agora, é que o governo terá que montar uma estratégia crível para equilibrar as contas públicas e cumpri-la.

Um primeiro ponto a ser destacado é o tamanho do ajuste no primeiro ano. Alguns analistas têm defendido que se alcance, em 1999, um resultado primário positivo (receitas menos despesas, excluídos os gastos com juros) de 3% do PIB (cerca de R\$ 26 bilhões). Esta meta não parece factível.

"Querer um superávit de 3% do PIB em 1999 é de um fundamentalismo extremo ou coisa de quem não conhece a estrutura das contas públicas", diz o economista Fábio Giambiagi, do Departamento Econômico do BNDES. "É a mesma coisa que pedir ao Jô Soares para emagrecer 50 quilos em três meses."

Com as economistas Ana Cláudia Além e Joana Gostkorszewicz, Giambiagi elaborou uma agenda fiscal. Suas idéias e propostas estão publicadas na *Sinopse Econômica*, publicação do BNDES que será divulgada hoje.

O primeiro ponto da agenda são as providências imediatas que o governo deverá tomar após o primeiro turno das eleições. Trata-se de medidas a serem enviadas ao Congresso com pedido de urgência urgentíssima. A primeira delas é a aprovação definitiva da reforma da Previdência Social.